



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colégio de Pedagogia
Vitória da Conquista

ENTRE O REAL E O OFICIAL: algumas considerações sobre o conceito de currículo

LUCINDA DA SILVA FERNANDES ¹

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA/UESB

Resumo

Este resumo faz parte de um recorte de um capítulo de uma dissertação de mestrado a ser apresentada ao programa de pós-graduação em Ensino-PPGen na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) através do processo nº.1721/2024. O presente estudo busca refletir o distanciamento entre o currículo prescrito nos documentos oficiais e o currículo real, aquele vivenciado nas práticas da sala de aula. Partindo do entendimento de que o currículo não se resume a um conjunto de normas oficiais, mas sendo também o resultado de relações de poder, contextos e experiências, este estudo discute as diferentes conceituações de currículo, currículo oficial e real, nos baseando na metodologia da pesquisa bibliográfica de caráter exploratória com base nos escritos de Apple (2013); Paraíso(2023); Sacristán(2000; 2013). Dessa forma, a proposta deste trabalho é tecer algumas reflexões importantes para o reconhecimento dos saberes que estão sendo postos nas normativas oficiais do currículo que difere dos saberes locais e interfere nas vozes dos docentes e educandos na sala de aula.

Palavras-chave: Currículo. Currículo Real e Oficial. Educação Básica.

Introdução

O currículo, enquanto conjunto central da prática educativa, é um conceito complexo, que ultrapassa a mera prescrição de conteúdos a serem ensinados na escola. Comumente associado a documentos oficiais e diretrizes normativas, ele se manifesta de forma concreta nas vivências escolares, nas interações diárias e nas escolhas pedagógicas dos indivíduos envolvidos na educação.

Nessa seara, faz-se necessário reconhecer a diferença existente entre currículo oficial² (aquele que é implementado por políticas públicas e elaborado em documentos e normas oficiais), e o currículo real³(aquele vivenciado nas escolas e adaptado por meio de experiências, contextos e intenções dos educadores/as e educandos).

¹Mestranda no Programa de pós-graduação em Ensino - PPGEn, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia(UESB) Campus de Vitória da Conquista. Especialista em Práticas Docentes Interdisciplinares-UNEB/Campus VI- Caetité-BA. Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual da Bahia(UNEB), Campus VI- Caetité-BA. Correio eletrônico: 2024M0241@uesb.edu.br. Currículo Lattes ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5730-121X> . Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8970904728431428> .

Esta pesquisa foi Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), processo nº.1721/2024.

² O currículo oficial conforme Paraíso(2023), refere-se aquele elaborado pelas instâncias governamentais

³ O currículo real para Paraíso(2023), corresponde aquele que é vivido, apropriado e resignificado no cotidiano da escola por professores e alunos.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Este estudo tece algumas considerações sobre essa disparidade entre currículo oficial e o currículo real, mostrando que na prática pedagógica configura-se como um espaço que pode ocorrer ressignificação, negociação e, em muitos casos, resistência às prescrições estabelecidas pelas normativas curriculares. Por meio dessa óptica, pretende-se enfatizar o conceito de currículo, não somente como um conjunto de conteúdos, mas como uma construção social, histórica e política⁴, envolvendo disputas de sentidos, saberes e, também, a seleção de poder do currículo no interior das escolas.

Dessa forma, destaca-se que a proposta do estudo é de ser uma revisão bibliográfica, de caráter exploratório. A pesquisa bibliográfica, conforme Severino, (2013, p.106) “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc”. Já a pesquisa exploratória, “busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”. (Severino, 2013, p.123).

Assim, pensar o conceito de currículo entre o real e o oficial implica o reconhecimento complexo dos processos educativos, marcado por disputas, resistências e contradições. Significa, ainda, o entendimento de que o currículo não é somente uma normativa estabelecida para a sala de aula, mas também uma construção histórica, política e cultural, constante em movimento. É nessas ligações que estão localizadas as práticas pedagógicas que, ao mesmo tempo em que estabelecem diálogos com as orientações institucionais, afirmam a autonomia e a criatividade dos indivíduos que fazem a escola cotidianamente.

Currículo como campo de disputas: concepções, políticas e práticas

Constantemente, o currículo é concebido de maneira reducionista, como uma lista de conteúdos a ser transmitida para os educandos na sala de aula, sendo na verdade, um cenário complexo de decisões históricas, culturais, políticas e sociais. A abordagem crítica do currículo propõe a ultrapassagem dessa visão tecnicista, entendendo-o como uma construção

⁴ Essa concepção de currículo como construção histórica, social e política é influenciada por abordagens críticas que consideram o currículo como um produto de disputas de poder, representações culturais e diferentes interesses sociais (Silva, 2010).



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

histórica e social, resultado de jogos de disputas que refletem distintos interesses- e estes, por vezes, antagônicos. Nesse sentido, o currículo não é neutro, mas carregado de significações intencionais.

A conceituação de currículo retrata a expressão e a proposta da estruturação dos segmentos e fragmentos dos conteúdos que o compõem. Em sua gênese, o currículo demonstra o plano de estudos que é proposto e imposto pela escola aos professores e aos educandos, isto é, demarca os conhecimentos que correspondem aos conteúdos que os docentes e centros educacionais devem trabalhar. (Santos, 2021). Ademais, o currículo possui papel decisivo de fiscalizar os conteúdos a serem ensinados. Em vista disso, Sacristán (2013) ressalta que,

[...] buscando a gênese desse conceito antigo e consolidado e considerando o acúmulo de significados que vêm sendo sobrepostos a ele, chegamos a uma primeira conclusão: o currículo proporciona uma ordem por meio da regulação do conteúdo da aprendizagem e ensino na escolarização moderna, uma construção útil para organizar aquilo do qual deve ocupar a escolarização e aquilo que deverá ser aprendido. A capacidade reguladora do currículo foram agregados os conceitos de classe, grau e método, cujas histórias estão entrelaçadas, formando todo o dispositivo para a normalização do que era ou deveria ser ensinado, como fazê-lo, e, uma vez que se fazia uma opção, também ficava determinado aquilo que não se deveria ensinar nem aprender. (Sacristán, 2013, p.19).

Nessa direção, na procura pela igualdade estrutural, o currículo se comporta como um mecanismo capaz de ordenar a escolarização, a vida nas escolas e as práticas pedagógicas dos professores, pois dispõe, dissemina e exige regras e normas que são determinadas. Isso pode ser observado no funcionamento das escolas, na especialização dos docentes e na ordem da aprendizagem. Dessa maneira, toda política curricular é construída por práticas e propostas interconectadas, que produzem, definem e formam outras práticas e propostas. (Santos, 2021).

Nessas condições, “o currículo é o cruzamento de práticas diferentes e se converte em configurador, por sua vez, de tudo o que podemos denominar como prática pedagógica nas aulas e nas escolas. ” (Sacristán, 2000, p.26). Em seus escritos, Paraíso (2023) discorre sobre algumas abordagens que envolvem o currículo; dentre essas significações, está o conceito de currículo oficial. Para a autora, o currículo oficial:

É o conjunto de aprendizagens selecionado, organizado e estruturado oficialmente para ser trabalhado nas diferentes disciplinas, áreas de conhecimento, anos ou ciclos de um curso ou de uma etapa de escolarização, e que possui o carimbo ou o selo de um governo, seja ele nacional, estadual ou municipal. O atual currículo oficial brasileiro, por exemplo, é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

pelos Conselho Nacional de Educação (CNE) em dezembro de 2017, para a educação infantil e ensino fundamental, e em dezembro de 2018, para o ensino médio. A BNCC substituiu os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que foi o currículo oficial nacional brasileiro contemporâneo, existem outros currículos oficiais em diferentes estados e municípios, exatamente pela tentativa de incorporar nos documentos oficiais as diversidades existentes nas diferentes regiões do Brasil, previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394/96 (Paraíso, 2023, p.12).

Diante das considerações da autora, entende-se que o currículo oficial é um documento organizado e formalizado pela esfera governamental para ser implementado nas escolas em todo o país, isto é, um conjunto de diretrizes, conteúdos e objetivos de aprendizagem, que são estabelecidos pelos órgãos do governo, como por exemplo, o Ministério da Educação (MEC) ou secretarias de educação estaduais ou municipais. Esses documentos servem de orientação para o ensino nas escolas, pois, são eles quem vão definir o que será ensinado nas etapas da educação básica, com o objetivo de garantir uma base comum de conhecimentos para todos os estudantes do país.

O Currículo oficial são as normas e diretrizes que orientam estados e municípios a construir seus currículos. Estes, por sua vez, são os responsáveis por orientar o ensino nas escolas. O professor elabora seu plano de curso e seus planos de aula a serem aplicados em sala de aula, conforme esse currículo oficial, elaborado com base nas diretrizes da esfera federal como a BNCC, por exemplo. Ademais, o currículo oficial, conforme Paraíso (2023, p.13), “é sempre um documento formalizado, seja ele construído de forma democrática, com participação da comunidade escolar, seja ele elaborado em gabinetes fechados”, a autora complementa”, “chamo esses currículos oficiais também de currículo-maior⁵, porque é construído em processos interiores ao Estado-traçando esse selo- e buscando um ordenamento estruturado e padronizado. (Paraíso, 2023, p.13).

Assim sendo, a política de currículo-maior conforme Paraíso (2023) “é feita pelo Estado ou com seu aval, para atender a uma espécie de fantasia de padronização homogênea, sempre com a justificativa de que é para garantir a qualidade da educação”.

⁵ O currículo maior é estruturado e busca a generalidade, a reconhecimento, a representação do que já é dado, fixado, reconhecido e autorizado. [...] é pensado e construído com base em imagens dogmáticas do pensamento, que são conduzidas pelo chamado senso comum-responsável pela distribuição de conceitos e significados autorizados- e pelo bom senso- responsável por apontar o pensamento na direção do que é considerado verdadeiro. Opera de modo a reunir e sintetizar o já criado para normatizar. É propenso a usar diferentes estratégias de seleção, organização de ensino para buscar reproduzir, homogeneizar, controlar e delimitar a experiência educacional. (Paraíso, 2023, p.13).



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

(Paraíso, 2023, p.134). Ademais, a autora enfatiza que, mesmo indo na contramão das teorias curriculares e sendo alvo de críticas, num país tão vasto de diferenças culturais, desigualdades sociais e educacionais, se olharmos por uma ótica racional, talvez houvesse a impossibilidade de implementação de documentos curriculares comuns, como a BNCC, no Brasil. No entanto, essa política de currículo nacional encontra respaldo legal e ganha força para ser implementada, mesmo que tenhamos consciência de que “qualquer currículo é sempre o resultado da seleção de alguém, de alguns grupos”. (Paraíso, 2023, p.134). Nessa mesma direção Apple(2013) complementa que,

O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação. Ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo. (Apple, 2013, p.71).

Nesse ínterim, o currículo é configurado como resultado de escolhas de determinados grupos ou indivíduos que, com posse de algum poder, decidem o que deve ou não ser ensinado nas escolas. Com isso, entendemos que o que se ensina e aprende na escola é sempre uma seleção de conhecimentos escolhidos e organizados, moldados pelas relações de poder.

Existe ainda de acordo com Paraíso (2023), o currículo em ação- ou também chamado de currículo real, “ele ocorre quando as professoras fazem uma leitura do currículo oficial e o formal e com base no seu entendimento e nas vivências e diversidades dos alunos, ele é praticado na escola”(Paraíso, 2023). Nesse viés, Sacristán (2000), afirma que o currículo em ação:

É na prática real guiada pelos esquemas teóricos e práticos do professor, que se caracteriza nas tarefas acadêmicas, as quais, como elementos básicos, sustentam o que é a ação pedagógica, que podemos notar o significado real do que são as propostas curriculares. [...] é o elemento no qual o currículo se transforma em método ou no qual, desde outra perspectiva, se denomina introdução. A análise desta fase é que dá o sentido real à qualidade do ensino, acima de declarações, propósitos, dotações de meios, etc. A prática ultrapassa os propósitos do currículo, devido ao complexo tráfico de influências, às interações, etc. que se produzem na mesma. (Sacristán, 2000, p.105-106).

É válido considerar que o currículo, mais do que uma simples enumeração de conteúdos e diretrizes a serem trabalhados em sala de aula, é uma construção histórica e cultural, que sofre modificações ao longo do tempo. Considera-se, então, que o currículo



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

configura um jogo de disputas que envolve inúmeros agentes, com construções daquilo que o aluno deve ou não estudar (Santos, 2021).

Dizer que o currículo é um jogo de disputas, configura o que Paraíso (2023), denomina de currículo como “coração da escola”, pois determina o tipo de sociedade que o sistema educacional deseja construir. Em seus escritos, a autora argumenta que “por ser o coração da escola e representar um projeto de sociedade, o currículo é sempre um território disputado” (Paraíso, 2023, p.7). Ademais, a autora explica o porquê de o currículo ser um território disputado:

[...]O currículo é sempre um campo de lutas ou um território disputado por conta dos conhecimentos que seleciona e ensina- já que todo e qualquer currículo precisa responder à pergunta “o que ensinar?”-; dos valores que transmite e preserva – já que todo e qualquer currículo transmite valores-; do sujeito que demanda e produz- já que todo currículo tem como objetivo modificar alguma coisa em alguém. [...] (Paraíso, 2023, p.8).

Nessas condições, o currículo pretende formar um determinado tipo de sujeito, e este é aquele que deverá atender às necessidades do mercado de trabalho. Esta é a preocupação dos currículos atuais. Considerando que o currículo é um campo de disputas, ele também é regulador, pois, conforme Sacristán (2013), o currículo controla conteúdos, graus, idades dos educandos e com a associação destes três aspectos, “o currículo se torna um regulador das pessoas”. (Sacristán, 2013, p.18).

Considerações Finais

Diante do exposto e da complexidade teórica e prática que envolve a conceituação de currículo, torna-se visível que ele ultrapassa a mera função de orientar conteúdos e atividades escolares. Como demonstrado ao longo do texto, o currículo é compreendido como uma construção histórica, social e cultural, marcada por disputas, escolhas e intencionalidades políticas. Ao assumir uma perspectiva crítica, é possível observar que o currículo oficial, mesmo respaldado em normativas legais e apresentado como neutro, representa uma seleção de saberes em detrimento de outros, com a expressão clara de interesses de sujeitos com maior poder de influência.

As contribuições dos autores explanados ao longo do texto (Sacristán, 2013; Paraíso, 2023; Apple, 2013) nos permitiram problematizar o currículo como um campo de disputas, em que distintos projetos de sociedade disputam espaço, legitimidade e voz. Por isso que a



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

diferenciação entre o currículo oficial ou prescrito e o currículo real ou em ação torna-se essencial para entender a prática educativa como espaço de poder, criação e resistência. Os docentes, ao fazerem a sua interpretação e aplicação do currículo oficial na sala de aula, reconfiguram este currículo com base em seus contextos, nas demandas concretas dos educandos e em sua autonomia pedagógica, o que mostra o currículo como um processo dinâmico e situado.

Ademais, analisar o conceito de currículo nos permitiu refletir o papel da escola na sociedade atual, sobre os saberes que estão sendo legitimados e sobre os sujeitos que estamos formando. Essa análise demanda que estejamos atentos tanto às diretrizes formais quanto às práticas cotidianas, pois é nesse espaço entre diretrizes e práticas pedagógicas que o currículo efetivamente se concretiza.

Referências

APPLE, Whitman Michael. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo Nacional? In: MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, Cultura e Sociedade**. Edição 12, Editora Cortez, São Paulo, 2013.7

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Currículos: teorias e políticas**. Contexto, São Paulo, 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. Cortez, São Paulo, 2013.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SACRISTÁN José Gimeno. O que significa currículo? In: SACRISTÁN, José Gimeno (org) **saberes e incertezas sobre currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 16-35

SANTOS, Leovan Alves dos. O Professor de Geografia do Ensino Médio: orientações curriculares recentes e os conteúdos relacionados à geopolítica. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós -Graduação em Geografia-Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução as teorias do Currículo**. Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2010.